

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE  
DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE  
ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, PARA DISTRIBUIÇÃO  
PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA SIPCAM UPL  
BRASIL S.A.**

*entre*

**SIPCAM UPL BRASIL S.A.,**  
*como Emissora*

*e*

**PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.,**  
*representando a comunhão dos titulares das Debêntures*

\_\_\_\_\_  
Datado de  
11 de setembro de 2013  
\_\_\_\_\_



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA SIPCAM UPL BRASIL S.A.**

Pelo presente instrumento, como emissora:

**Sipcam UPL Brasil S.A.**, sociedade por ações, sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade de Uberaba, Estado de Minas Gerais, na Rua Igarapava, nº 599, Distrito Industrial III, CEP 38044-755, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 23.361.306/0001-79, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Emissora" ou "Companhia");

e, como agente fiduciário representando a comunhão dos titulares das debêntures da 1ª (primeira) emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real, da Emissora, para distribuição pública com esforços restritos de colocação ("Debenturistas" e, individualmente, "Debenturista");

**Planner Trustee DTVM LTDA.**, instituição financeira, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 67.030.395/0001-46, neste ato representada na forma de seu contrato social ("Agente Fiduciário");

vêm por esta e na melhor forma de direito firmar o presente "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Sipcam UPL Brasil S.A." ("Escritura de Emissão"), mediante as cláusulas e condições a seguir.

Os termos aqui iniciados em letra maiúscula terão o significado a eles atribuído nesta Escritura de Emissão, ainda que posteriormente ao seu uso.

## CLÁUSULA I AUTORIZAÇÃO

1.1. Esta Escritura de Emissão é firmada com base na autorização deliberada em assembleia geral extraordinária da Emissora, realizada em 19 de agosto de 2013 ("AGE"), conforme proposta do Conselho de Administração da Emissora formalizada em reunião realizada em 19 de agosto de 2013 ("RCA"), nos termos do seu Estatuto Social (conforme abaixo definido) datado de 20 de julho de 2012. De acordo com a AGE, foram deliberadas (a) aprovação da Emissão (conforme abaixo definido), bem como de seus termos e condições, em especial a constituição das Garantias Reais (conforme abaixo definido); e (b) autorização à Diretoria da Emissora para praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações consubstanciadas na AGE, em conformidade com o disposto no artigo 59 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

## CLÁUSULA II REQUISITOS

2.1 A 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, pela Emissora (respectivamente, "Emissão" ou "Oferta Restrita" e "Debêntures") será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1.1. *Dispensa de Registro na CVM e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA")*

2.1.1.1. A Emissão será realizada nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada, perante a CVM, do registro de distribuição pública de que trata o artigo 19, *caput*, da Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976 ("Lei 6.385/76").





2.1.1.2 Além disso, nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários", a Emissão está automaticamente dispensada de registro perante a ANBIMA.

2.1.2. *Arquivamento e Publicação da AGE*

2.1.2.1. A ata da AGE será devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais ("JUCEMG"), e será publicada no (i) Diário Oficial do Estado de Minas Gerais ("DOEMG"), e (ii) no "Jornal da Manhã", nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.2.2. A Emissora encaminhará ao Agente Fiduciário cópia da ata de AGE devidamente arquivada na JUCEMG, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados a partir da data de arquivamento.

2.1.3. *Inscrição e Registro desta Escritura de Emissão*

2.1.3.1 Esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos serão inscritos na JUCEMG, conforme o disposto no artigo 62, inciso II, e parágrafo 3º do mesmo artigo da Lei das Sociedades por Ações, devendo ser levados a registro, pela Emissora, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados de sua(s) assinatura(s) pela Emissora e pelo Agente Fiduciário.

2.1.3.2 Uma via original da Escritura de Emissão devidamente registrada na JUCEMG será entregue ao Agente Fiduciário em até 5 (cinco) Dias Úteis a contar da data de registro na JUCEMG.

2.1.4. *Registro para Distribuição e Negociação*

2.1.4.1. As Debêntures serão registradas para (i) distribuição pública no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"); e (ii) negociação, observado o disposto no item 2.1.4.2 abaixo, no mercado secundário por meio do Módulo CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), também administrado e operacionalizado pela



CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.1.4.2. Não obstante o descrito no item 2.1.4.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas (i) depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição pelo investidor, nos termos do artigo 13 da Instrução CVM 476, e (ii) nos termos do artigo 15 da Instrução CVM 476, (a) entre investidores considerados como qualificados, conforme o artigo 109 da Instrução da CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Investidores Qualificados" e "Instrução CVM 409", respectivamente), ou (b) entre quaisquer investidores, na hipótese de a Emissora obter o registro de emissor perante a CVM, de que trata o artigo 21 da Lei 6.385/76, e (iii) observado o cumprimento pela Emissora das obrigações definidas no artigo 17 da Instrução CVM 476.

### **CLÁUSULA III** **CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO**

#### **3.1. Objeto Social da Emissora**

3.1.1. A Emissora tem por objeto social: (a) a pesquisa, o desenvolvimento, o registro, fabricação, formulação, reembalagem, comercialização e distribuição, em qualquer localidade do país e do exterior de insumos agrícolas, tais como herbicidas, inseticidas, acaricidas, fungicidas, nematicidas, bactericidas e produtos correlatos, produtos para alimentação animal, produtos para sanidade animal, corretivos de solo e inoculantes, fertilizantes e produtos para nutrição das plantas, suas matérias primas e intermediários e graus técnicos, sementes, mudas e outros materiais de propagação vegetal geneticamente modificados ou não, produtos domissanitários, biocidas, máquinas e implementos agrícolas, irrigação e drenagem, estufas, equipamentos e sistemas, adjuvantes em geral para a agricultura e outros produtos de química fina, produtos farmacêuticos e aditivos para produtos plásticos; (b) importação e exportação de produtos, matérias primas, materiais técnicos, ingredientes ativos e materiais necessários para o desempenho de suas atividades contidas no item anterior, de acordo com as leis e normas vigentes no país; (c) compra e venda de commodities agrícolas no país; (d) prestação de serviços de consultoria e assessoria administrativa, financeira, comercial, tecnológica, análise de sistemas, e representação por parte

de terceiros; (e) prestação de serviços a terceiros de tudo o que trata a letra "a" acima; e (f) deter participação em outras empresas ou sociedades simples ou empresarias.

### **3.2. Número da Emissão**

3.2.1. Esta Emissão constitui a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora.

### **3.3. Valor Total da Emissão**

3.3.1. O valor total da Emissão será de R\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definida na Cláusula 4.1.2 abaixo).

### **3.4. Número de Séries**

3.4.1. A Emissão será realizada em série única.

### **3.5. Quantidade de Debêntures**

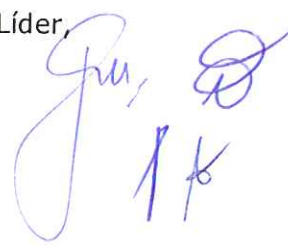
3.5.1. Serão emitidas 70 (setenta) Debêntures.

### **3.6 Banco Liquidante e Escriturador Mandatário**

3.6.1 O Banco Liquidante será o Itaú Unibanco S.A, instituição financeira, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100 - Torre Olavo Setúbal, inscrita no CNPJ/MF sob nº 60.701.190/0001-04 ("Banco Liquidante"), e o Escriturador Mandatário será a Itaú Corretora de Valores Mobiliários, instituição financeira, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob nº 61.194.353/0001-64 ("Escriturador Mandatário").

### **3.7 Colocação e Subscrição**

3.7.1 O Banco Itaú BBA S.A. ("Itaú BBA" ou "Coordenador Líder") e o Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander" e, em conjunto com o Coordenador Líder,



"Coordenadores", e cada um individualmente como "Coordenador"), estruturarão a Emissão e realizarão a colocação das Debêntures em regime de garantia firme de subscrição, e o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. – BDMG ("BDMG" ou "Estruturador") estruturará a Emissão em regime de garantia firme de subscrição, de forma individual e não solidária, para o montante de R\$70.000.000,00 (setenta milhões de reais), na Data da Emissão ("Garantia Firme"), nos termos do "Instrumento Particular de Colocação, com Esforços Restritos, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, Sob Regime de Garantia Firme de Subscrição, da 1ª Emissão da Sipcam UPL Brasil S.A.", a ser celebrado entre a Emissora, os Coordenadores e o Estruturador ("Contrato de Colocação").

### **3.8. Forma e Procedimento de Distribuição**

3.8.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, sob o regime de garantia firme de subscrição para o montante de R\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de reais), nos termos do item 3.7.1 acima.

3.8.2. O plano de distribuição seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476, conforme previsto no Contrato de Colocação. Para tanto, os Coordenadores poderão acessar no máximo 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, sendo possível a subscrição ou aquisição de Debêntures por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.

3.8.3. As Partes comprometem-se a não realizar a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM 476.

3.8.4. A Emissora obriga-se a: (i) não contatar ou fornecer informações acerca desta Oferta Restrita a qualquer investidor, exceto se previamente acordado com os Coordenadores; e (ii) informar aos Coordenadores, até o Dia Útil imediatamente subsequente, a ocorrência de contato que receba de potenciais investidores que venham a manifestar seu interesse na Oferta Restrita, comprometendo-se, desde já, a não tomar qualquer providência em relação aos referidos potenciais investidores neste período.



3.8.5. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos para a Oferta Restrita.

### **3.9 Destinação dos Recursos**

3.9.1 Os recursos obtidos por meio da Emissão serão utilizados pela Emissora para o alongamento de seu passivo bancário de curto prazo.

## **CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES**

### **4.1. Características Básicas das Debêntures**

#### **4.1.1 Valor Nominal Unitário**

4.1.1.1 O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), na Data de Emissão (conforme abaixo definido) ("Valor Nominal Unitário").

#### **4.1.2 Data de Emissão**

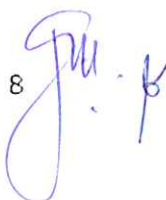
4.1.2.1 Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 23 de setembro de 2013 ("Data de Emissão").

#### **4.1.3 Prazo e Data de Vencimento**

4.1.3.1 O vencimento das Debêntures ocorrerá ao término do prazo de 52 (cinquenta e dois) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 23 de janeiro de 2018, ressalvados os Eventos de Vencimento Antecipado previstos na Cláusula VI abaixo e do Resgate Antecipado prevista no item 5.1 abaixo ("Data de Vencimento").

#### **4.1.4 Forma e Emissão de Certificados**

4.1.4.1 As Debêntures serão emitidas na forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautelas ou certificados.

8 



#### 4.1.5 *Comprovação de Titularidade das Debêntures*

4.1.5.1 A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das Debêntures emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, as Debêntures custodiadas eletronicamente no CETIP21 terão sua titularidade comprovada pelo extrato em nome dos Debenturistas emitido pela CETIP.

#### 4.1.6 *Conversibilidade*

4.1.6.1 As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

#### 4.1.7 *Espécie*

4.1.7.1 As Debêntures serão da espécie com garantia real, conforme estabelecido na Cláusula 4.11 abaixo.

### 4.2. **Subscrição**

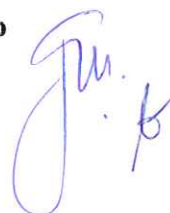
#### 4.2.1 *Prazo de Subscrição*

4.2.1.1 As Debêntures poderão ser subscritas a qualquer tempo, a partir do início da distribuição, observado os prazos de distribuição estabelecidos no Contrato de Colocação e na Instrução CVM 476.

#### 4.2.2 *Preço de Subscrição*

4.2.2.1 O preço de subscrição das Debêntures será seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração (conforme definida na Cláusula 4.6 abaixo), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da sua efetiva subscrição e integralização, observado o disposto no inciso II do artigo 4º da Instrução CVM 476.

### 4.3 **Integralização e Forma de Pagamento**



4.3.1 As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, de acordo com os procedimentos do MDA adotados pela CETIP.

#### 4.4 Direito de Preferência

4.4.1 Não há direito de preferência na subscrição das Debêntures.

#### 4.5 Atualização do Valor Nominal

4.5.1 As Debêntures não terão seu Valor Nominal Unitário atualizado monetariamente.

#### 4.6 Remuneração

4.6.1 A partir da Data de Emissão, as Debêntures farão jus a juros correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, *over extra grupo*, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na internet ([www.cetip.com.br](http://www.cetip.com.br)) ("Taxa DI"), acrescida de um *spread* ou sobretaxa de 4,25% (quatro inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Sobretaxa", em conjunto com a Taxa DI, "Remuneração"). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário desde a Data de Emissão ou da data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, o que ocorrer por último, até a data de seu efetivo pagamento, na Data de Vencimento.

4.6.2 O cálculo dos juros remuneratórios obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

onde:





- J = valor dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;
- VNe = Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;
- FatorJuros = fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread* calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = FatorDK \cdot FatorSpread$$

- FatorDI = produtório das Taxas DI, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$Fator DI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

onde:

- k = número de ordem das Taxas DI, variando de 1 (um) até  $n_{DI}$ ;
- $n_{DI}$  = número total de Taxas DI, sendo " $n_{DI}$ " um número inteiro;
- $TDI_k$  = Taxa DI, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left( \frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

$K = 1, 2, \dots, n;$

$DI_k =$  Taxa DI, de ordem  $k$ , divulgada pela CETIP, expressa na forma percentual ao ano, válida por 1 (um) Dia Útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais

$FatorSpread =$  sobretaxa de juros fixos, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

onde:

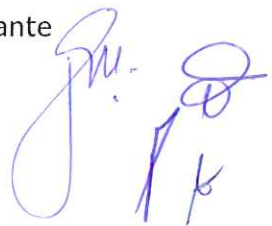
$$FatorSpread = \left\{ \left[ \left( \frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

$spread = 4,2500;$

$DP =$  número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior e a data atual, sendo "DP" um número inteiro;

4.6.2.1 O cálculo da Remuneração acima está sujeito às seguintes observações:

- i) o fator resultante da expressão  $[1 + (TDI_k)]$  é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- ii) efetua-se o produtório dos fatores diários  $[1 + (TDI_k)]$ , sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- iii) uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante



"Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;

- iv) o fator resultante da expressão (FatorDI x FatorSpread) é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento; e
- v) a Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.

4.6.2.2 Observado o quanto estabelecido no item abaixo, no caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, será utilizada, em sua substituição, a última Taxa DI divulgada até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto por parte dos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável.

4.6.2.3 Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 5 (cinco) Dias Úteis da data esperada para sua divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção por imposição legal ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá convocar no primeiro Dia Útil subsequente ao término do prazo de 5 (cinco) Dias Úteis acima ou da data de sua extinção por imposição legal ou determinação judicial, assembleia geral de debenturistas ("AGD") para os Debenturistas definirem, de comum acordo com a Emissora, o parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro, serão utilizadas, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, as fórmulas do item acima e na apuração de  $TDI_k$  será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

4.6.2.4 Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da AGD, a referida assembleia não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir da data de sua validade, passará a ser utilizada para o cálculo da Remuneração, permanecendo a última Taxa DI conhecida anteriormente a ser utilizada até data da divulgação da referida Taxa DI.

4.6.2.5 Caso não haja acordo sobre o novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo da Remuneração entre a Emissora e os Debenturistas



representando, no mínimo, 80% (oitenta por cento) das Debêntures em Circulação, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva AGD, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculadas *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão. Neste caso, para cálculo da Remuneração com relação às Debêntures a serem resgatadas, será utilizado para a apuração de  $TDI_k$  o valor da última Taxa DI divulgada oficialmente, observadas ainda as demais disposições previstas nesta Cláusula 4.6 e seguintes desta Escritura de Emissão para fins de cálculo da Remuneração.

4.6.2.6 Para fins desta Escritura de Emissão, a expressão "Dia(s) Útil(eis)" significa qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado nacional na República Federativa do Brasil ou feriado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

4.6.2.7 Para fins desta Escritura de Emissão, entende-se por "Período de Capitalização" o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão (inclusive), no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento da Remuneração imediatamente anterior, nos casos dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data de pagamento da Remuneração correspondente ao período (exclusive). Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

4.6.3 A Remuneração será paga nos meses de janeiro, julho e outubro, juntamente com as 11 (onze) parcelas de Amortização do Principal (conforme definido em 4.7.1 abaixo) sendo que o primeiro pagamento da Remuneração será devido em 23 de outubro de 2014 e o último será devido em 23 de janeiro de 2018, observado o disposto no item 4.9.2 abaixo.

#### **4.7 Amortização**

4.7.1 O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 11 (onze) parcelas iguais, nos meses de janeiro, julho e outubro, sendo que a primeira amortização será devida em 23 de outubro de 2014 e a última será devida em 23 de janeiro de 2018, observado o disposto nesta Escritura de Emissão, conforme tabela abaixo ("Amortização do Principal"):

<b>Data da Amortização</b>	<b>% amortizado do Valor Nominal Unitário</b>
23 de outubro de 2014	9,09%
23 de janeiro de 2015	9,09%
23 de julho de 2015	9,09%
23 de outubro de 2015	9,09%
23 de janeiro de 2016	9,09%
23 de julho de 2016	9,09%
23 de outubro de 2016	9,09%
23 de janeiro de 2017	9,09%
23 de julho de 2017	9,09%
23 de outubro de 2017	9,09%
23 de janeiro de 2018	Valor Nominal Unitário Residual

#### **4.8 Repactuação Programada**

4.8.1 Não haverá repactuação programada das Debêntures.

#### **4.9 Condições de Pagamento**

4.9.1 *Local de Pagamento e Imunidade Tributária*

4.9.1.1 Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP; ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente na CETIP, (a) na sede da Emissora ou (b) conforme o caso, pelo Banco Liquidante.

4.9.1.2 Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, deverá encaminhar ao Banco Liquidante e ao Escriturador Mandatário, com cópia para a Emissora, no prazo mínimo de 15 (quinze) Dias Úteis antes da data prevista para quaisquer dos pagamentos relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos, decorrentes do pagamento das Debêntures de sua titularidade, os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor. Será de responsabilidade do Escriturador Mandatário a avaliação e validação da imunidade ou isenção tributária podendo

inclusive, solicitar documentos adicionais à comprovação de mencionada situação jurídica tributária. Desta forma, enquanto pendente o processo de avaliação não poderá ser imputada qualquer responsabilidade pelo não pagamento no prazo estabelecido através deste instrumento.

#### 4.9.2 *Prorrogação dos Prazos*

4.9.2.1 Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação, até o primeiro Dia Útil subsequente, se a data de vencimento da respectiva obrigação coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento da respectiva obrigação coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.

#### 4.9.3 *Encargos Moratórios*

4.9.3.1 Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, ressalvado o disposto no item 4.9.2 acima, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além das despesas incorridas para cobrança ("Encargos Moratórios").

#### 4.9.4 *Decadência dos Direitos aos Acréscimos*

4.9.4.1 Sem prejuízo do disposto no item 4.9.3.1 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de Remuneração e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.



#### **4.10 Publicidade**

4.10.1 Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos Debenturistas, serão publicados no DOEMG e no "Jornal da Manhã", na forma de "Aviso aos Debenturistas", observado o estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações e as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da oferta pública das Debêntures e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar ao Agente Fiduciário qualquer publicação na data da sua realização.

#### **4.11 Garantias Reais**

4.11.1. Como garantia do fiel, pontual e integral cumprimento de todas as obrigações, principais ou acessórias previstas nesta Escritura de Emissão e nos demais documentos da Emissão, incluindo, sem limitação, o pagamento do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, multas, custos, taxas, encargos, penalidades, comissões, tributos, despesas, indenização ou correção monetária, se aplicável, bem como valores necessários para que o Agente Fiduciário execute as garantias ("Valor Garantido"), a Emissão contará com as garantias reais representadas por:

(i) cessão fiduciária de direitos creditórios de titularidade da Emissora oriundos de duplicatas, equivalentes, no mínimo, a 50% (cinquenta por cento) do saldo devedor da Emissão ("Cessão Fiduciária de Duplicatas"), nos termos do "Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia" ("Contrato de Cessão Fiduciária");

(ii) cessão fiduciária da conta vinculada na qual serão depositados os valores discriminados no item (i) acima ("Conta Vinculada"), nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária; e

(iii) hipoteca de imóvel de propriedade da Emissora, registrado sob o nº 21.231, inscrito no Primeiro Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Uberaba. Estado de Minas Gerais, referente à planta industrial, terreno e benfeitorias em valor de venda forçada mínimo equivalente a 15% (quinze por

cento) do saldo devedor da Emissão ("Hipoteca" e, quando em conjunto com a Cessão Fiduciária de Duplicatas e a Conta Vinculada, "Garantias Reais"), nos termos da "Escritura Pública de Hipoteca" ("Escritura de Hipoteca").

4.11.2. As Garantias serão registradas em até 30 (trinta) dias contados da data de suas respectivas assinaturas, nos Cartórios de Imóveis e nos Cartórios de Registros de Títulos e Documentos das Comarcas das sedes ou domicílios das partes ("Cartórios"), na forma prevista na Lei de Registros Públicos, de n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária e da Escritura de Hipoteca. A Emissora enviará ao Agente Fiduciário uma via original das Garantias Reais, devidamente registradas nos Cartórios, em até 05 (cinco) dias contados da obtenção dos respectivos registros.

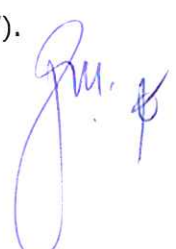
## **CLÁUSULA V**

### **RESGATE ANTECIPADO E AQUISIÇÃO FACULTATIVA**

#### **5.1 Resgate Antecipado**

5.1.1 A Emissora poderá, observados os termos e condições estabelecidos a seguir, a seu exclusivo critério, realizar o resgate antecipado da totalidade das Debêntures em circulação, a qualquer momento a partir da Data de Emissão, mediante pagamento do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão ("Resgate Antecipado").

5.1.2 O Resgate Antecipado somente poderá ocorrer mediante a publicação de comunicação dirigida aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário, a ser amplamente divulgada nos termos da Cláusula 4.10.1 acima com antecedência mínima de 15 (quinze) Dias Úteis da data do efetivo resgate antecipado ("Comunicação de Resgate"), a ser realizada pela Emissora, sendo que a data do resgate antecipado deverá, obrigatoriamente, ser um Dia Útil e todas as Debêntures resgatadas deverão ser liquidadas na mesma data ("Data de Resgate").



5.1.3 Na Comunicação de Resgate deverá constar: (i) a data de resgate antecipado; (ii) o valor do resgate antecipado nos termos da cláusula 5.1.4 abaixo; e (iii) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do resgate antecipado.

5.1.4 O valor do Resgate Antecipado corresponderá ao Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão, ou desde a última Data de Pagamento de Remuneração ("Saldo Devedor"), conforme o caso, e acrescido de um prêmio, *flat* incidente sobre o Saldo Devedor, conforme indicado no período da tabela abaixo ("Prêmio"):

<b>Período (a contar da Data de Emissão)</b>	<b>Prêmio Incidente</b>
1º semestre	0,30%
2º ao 4º semestre	0,25%
5º ao 8º semestre	0,20%
A partir do 9º semestre	0,15%

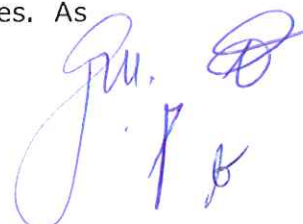
5.1.5. O pagamento das Debêntures resgatadas antecipadamente será feito (i) por meio dos procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas no CETIP21, e/ou (ii) mediante depósito em contas correntes indicadas pelos Debenturistas a ser realizado pelo Banco Liquidante, no caso de titulares de Debêntures que não estejam custodiadas na CETIP.

5.1.6 A CETIP deverá ser comunicada da realização do resgate antecipado com no mínimo 2 (dois) Dias Úteis de antecedência em relação à data estipulada para sua realização, pela Emissora com anuência do Agente Fiduciário.

5.1.7 As Debêntures resgatadas pela Emissora, conforme previsto nesta Cláusula 5.1, serão obrigatoriamente canceladas.

## **5.2 Aquisição Facultativa**

5.2.1 A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir no mercado Debêntures em Circulação, de acordo com os procedimentos estabelecidos pela CVM, observados os termos do artigo 13 da Instrução CVM 476, conforme o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações. As





Debêntures objeto deste procedimento poderão (i) ser canceladas; (ii) permanecer em tesouraria da Emissora; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures que ainda estiverem em circulação.

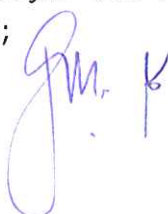
## **CLÁUSULA VI**

### **VENCIMENTO ANTECIPADO**

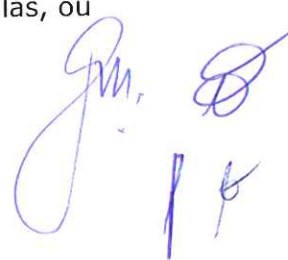
#### **6.1 Vencimento Antecipado Automático**

6.1.1 O Agente Fiduciário deverá, automaticamente, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial à Emissora, declarar antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis todas as obrigações da Emissora referentes às Debêntures, exigindo o imediato pagamento do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, na ciência da ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses:

- i) se ocorrer qualquer mudança na composição acionária ou ainda mudança do controle acionário (direto ou indireto) da Emissora, sem a anuência prévia de titulares das Debêntures representando 80% (oitenta por cento) das Debêntures em Circulação;
- ii) não cumprimento pelos acionistas da Emissora do disposto no artigo 5º do estatuto social da Emissora ("Estatuto Social"), conforme consta na Ata da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora firmada em 20 de julho de 2012, que estabelece que, caso a Emissora tiver prejuízo, baseado no resultado de final de exercício social, cada um dos acionistas ou suas afiliadas (incluindo, mas não limitado à Oxon Itália S.p.A. e suas afiliadas) deverá subscrever *pro rata* novas ações da Emissora, a valor contábil, equivalente ao valor do prejuízo apurado, dentro de 30 (trinta) dias da aprovação das respectivas demonstrações financeiras pela assembleia geral;

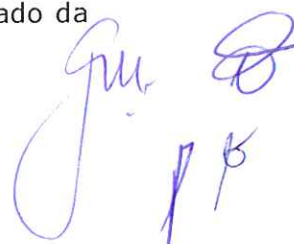


- iii) qualquer alteração no parágrafo segundo e parágrafo terceiro do artigo 5º do Estatuto Social, conforme descrito no item (ii) acima. As verificações deste cumprimento serão trimestrais, através de envio do Estatuto Social atualizado ao Agente Fiduciário;
- iv) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão e nos demais documentos relacionados à Emissão, incluindo, mas não se limitando, aos contratos das Garantias Reais;
- v) pedido de autofalência pela Emissora, ou se a Emissora tiver sua falência requerida e não elidida no prazo legal ou tiver sua falência decretada;
- vi) se a Emissora propuser plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano;
- vii) se a Emissora ingressar em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente;
- viii) se a Emissora sofrer liquidação, dissolução ou extinção, ou ainda, qualquer evento análogo que caracterize estado de insolvência, nos termos da legislação aplicável, incluindo acordo de credores;
- ix) declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida bancária ou de mercado de capitais local ou internacional, ou qualquer acordo do(s) qual(is) a Emissora seja parte como mutuário ou garantidor;
- x) na hipótese desta Escritura de Emissão, dos contratos das Garantias Reais tornarem-se comprovadamente inexecutáveis ou inválidos nos termos da legislação aplicável;
- xi) se as Garantias Reais previstas nesta Escritura de Emissão: (a) forem objeto de qualquer questionamento pela Emissora; (b) não forem devidamente constituídas e/ou formalizadas; (c) forem anuladas, nulas, ou

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large stylized signature and several smaller initials.

invalidadas sob qualquer forma; ou (d) de qualquer forma, deixarem de existir, exceto se, (1) dentro do prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contatos da data em que o Agente Fiduciário verificar a necessidade de reforço das Garantias Reais tenha sido apresentada aos Debenturistas garantia substituta; e (2) a garantia substituída seja aprovada pelos Debenturistas em Assembleia Geral de Debenturistas nos termos da Cláusula IX abaixo;

- xii) pagamento, pela Emissora, de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação nos lucros prevista no seu Estatuto Social, ressalvado o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, caso a Emissora esteja inadimplente com relação aos limites financeiros estabelecidos na alínea (iii), da Cláusula 6.2.1 abaixo;
- xiii) cessão, promessa de cessão ou qualquer forma de transferência ou promessa de transferência, pela Emissora, de qualquer obrigação relacionada às Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão, sem a anuência prévia de titulares das Debêntures representando 80% (oitenta por cento) das Debêntures em Circulação;
- xiv) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- xv) cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações da ou pela Emissora, qualquer outra forma de reorganização societária com efeito análogo a estas hipóteses, sem que haja a anuência prévia de titulares das Debêntures representando 80% (oitenta por cento) das Debêntures em Circulação;
- xvi) redução do capital social da Emissora em inobservância ao disposto no parágrafo 3º do artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações e sem a anuência prévia de titulares das Debêntures representando 80% (oitenta por cento) das Debêntures em Circulação;
- xvii) alienação, sem a prévia anuência dos Debenturistas representando, no mínimo, 80% (oitenta por cento) das Debêntures em Circulação, de qualquer bem integrante do ativo permanente ou do ativo imobilizado da





Emissora, salvo quando se tratar de (a) bens inservíveis ou obsoletos; ou (b) bens que sejam substituídos por novos de idêntica finalidade; e

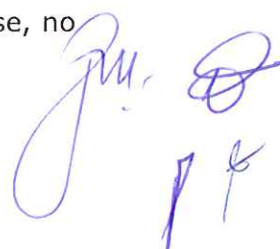
xviii) aplicação dos recursos oriundos das Debêntures em destinação diversa da descrita no item 3.8 desta Escritura de Emissão.

6.1.2 A Emissora obriga-se a, tão logo tenha conhecimento de quaisquer dos eventos descritos nos itens acima, comunicar na mesma data ao Agente Fiduciário para que este tome as providências devidas. O descumprimento desse dever pela Emissora não impedirá o Agente Fiduciário e/ou os Debenturistas de, a seu critério, exercer seus poderes, faculdades e pretensões previstos nesta Escritura de Emissão.

## **6.2 Vencimento Antecipado Não Automático**

6.2.1 O Agente Fiduciário deverá convocar AGD, no prazo de 1 (um) Dia Útil contado da data em que houver tomado ciência de quaisquer dos eventos listados abaixo, para deliberar a respeito da eventual não declaração do vencimento antecipado de todas as obrigações da Emissora referentes às Debêntures sendo que, uma vez declarado o vencimento antecipado, exigirá da Emissora o imediato pagamento do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, na ciência da ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses:

- i) descumprimento de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, que não seja sanada no prazo de cura específico, caso haja, ou no prazo de 15 (quinze) Dias Úteis contados da data do respectivo inadimplemento;
- ii) protesto de títulos contra a Emissora, no mercado local ou internacional, em valor, que individualmente ou de forma agregada, ultrapasse o valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), reajustados anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação do IPCA, ou outro índice que venha a substituí-lo, ou o seu equivalente em outras moedas, salvo (a) se o protesto for cancelado, sustado judicialmente, em qualquer hipótese, no



prazo de até 5 (cinco) dias do protesto, ou (b) se tiver sido apresentada garantia em juízo, aceita pelo Poder Judiciário;

- iii) não atendimento, pela Emissora, do índice financeiro relacionado a seguir ("Índice Financeiro"), a ser acompanhado anualmente pelo Agente Fiduciário com base nas demonstrações financeiras de encerramento dos exercícios fiscais da Emissora (as quais deverão conter nota explicativa específica sobre o cumprimento dos índices e limites financeiros abaixo previstos) em até 15 (quinze) dias corridos após a sua divulgação, sendo que a primeira verificação para fins deste subitem ocorrerá com relação às demonstrações financeiras relativas a 31 de dezembro de 2013 e as demais verificações ocorrerão até o pagamento integral dos valores devidos em virtude das Debêntures. No caso de impossibilidade de verificação e conferência desse índice e limite pelo Agente Fiduciário, poderá este solicitar à Emissora e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

- (i) A razão entre Dívida Líquida e EBITDA menor ou igual a 3,3x durante a vigência da Emissão;

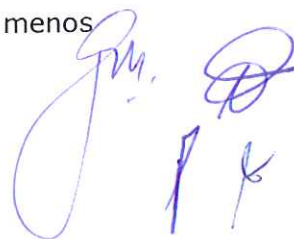
onde:

"Dívida Líquida": valor da Dívida (conforme abaixo definido) menos as disponibilidades em caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras e ativos decorrentes de instrumentos financeiros - derivativos.

"Dívida": soma dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos, incluídos os títulos descontados com regresso, as fianças e avais prestados em benefício de terceiros, arrendamento mercantil / leasing financeiro e os títulos de renda fixa não conversíveis frutos de emissão pública ou privada, nos mercados local ou internacional. Inclui também os passivos decorrentes de instrumentos financeiros - derivativos.

"EBITDA": resultado acumulado do ano fiscal, antes do imposto de renda e contribuição social, da depreciação e amortização, do resultado financeiro, do resultado não operacional, da equivalência patrimonial e da participação de acionistas minoritários.

- iv) provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas ou enganosas, quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora nesta Escritura de Emissão, nos documentos das Garantias Reais, conforme o caso;
- v) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, concessões, alvarás e licenças, inclusive as ambientais, necessárias para a manutenção ininterrupta das atividades desenvolvidas pela Emissora;
- vi) mudança ou alteração do objeto social da Emissora de forma a alterar as atuais atividades principais da Emissora ou a agregar a essas atividades novos negócios que tenham prevalência ou possam representar desvios em relação às atividades atualmente desenvolvidas, salvo se aprovada por Debenturistas representando 80% (oitenta por cento) das Debêntures em Circulação;
- vii) realização por qualquer autoridade governamental de ato com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, totalidade ou parte substancial dos ativos, propriedades ou das ações do capital social da Emissora, exceto o imóvel objeto da Hipoteca, que deverá ser tratado nos termos do item (xi) da Cláusula 6.1.1 acima;
- viii) não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado ou laudo arbitral definitivo contra a Emissora, que não caiba qualquer tipo de manifestação, em valor individual ou agregado igual ou superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);
- ix) na hipótese de quaisquer dos documentos referentes à Oferta Restrita, à exceção desta Escritura de Emissão, tornarem-se comprovadamente inexequíveis ou inválidos nos termos da legislação aplicável;
- x) a Emissora realizar, direta ou indiretamente, qualquer transação ou série de transações (incluindo, entre outras, compra, venda, arrendamento, aluguel, transferência, contribuição de ativos ou direitos ou permuta de bens ou direitos) com qualquer pessoa ou entidade relacionada, a menos





que a referida transação ou série de transações sejam realizadas em termos e condições não menos favoráveis à respectiva pessoa, do que aqueles que teriam sido obtidos em uma transação comparável, em termos estritamente comerciais, com uma pessoa que não fosse uma entidade ou pessoa relacionada;

- xi) concessão de empréstimos, mútuos, fianças, avais, adiantamentos ou qualquer forma de crédito pela Emissora a qualquer partes relacionadas, incluindo seus acionistas diretos e indiretos da Emissora; e
- xii) inadimplemento ou não pagamento, na data de vencimento original, de quaisquer obrigações financeiras, com instituições financeiras, no mercado local ou internacional, em valor individual ou agregado, igual ou superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), ou seu equivalente em outras moedas;

6.2.2 A Emissora obriga-se a, tão logo tenha conhecimento de quaisquer dos eventos descritos nos itens acima, comunicar na mesma data o Agente Fiduciário para que este tome as providências devidas. O descumprimento desse dever pela Emissora não impedirá o Agente Fiduciário e/ou os Debenturistas de, a seu critério, exercer seus poderes, faculdades e pretensões previstos neste instrumento, inclusive o de declarar o vencimento antecipado.

6.2.3 Caso a AGD mencionada no item 6.2.1 acima não seja instalada por falta de quórum, em primeira e segunda convocação, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures.

6.2.4 Uma vez instalada a AGD prevista no item 6.2.1, será necessário o quórum especial de titulares que representem 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação para aprovar a não declaração do vencimento antecipado das Debêntures.

6.2.5 Uma vez declaradas vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar imediatamente carta protocolada (a) à Emissora, com cópia para CETIP, e (b) ao Banco Liquidante.

6.2.6 Declarado o vencimento antecipado das Debêntures, o pagamento pela Emissora do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos deverá ser efetuado em até 05 (cinco) Dias Úteis, contados do protocolo da carta mencionada no item 6.2.5 acima, sob pena do disposto no item 6.2.7 abaixo. Caso o pagamento referente ao vencimento antecipado aconteça por meio da CETIP, esta deverá ser comunicada com, no mínimo 05 (cinco) Dias Úteis de antecedência.

6.2.7 Caso a Emissora não proceda ao resgate das Debêntures na forma estipulada no item anterior, além da Remuneração devida, os Encargos Moratórios serão acrescidos ao Valor Nominal Unitário das Debêntures, incidentes desde a data de vencimento antecipado das Debêntures até a data de seu efetivo pagamento.

## **CLÁUSULA VII**

### **OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA**

7.1. Sem prejuízo das demais obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, a Emissora assume as obrigações a seguir mencionadas:

- i) fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:
  - a) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social ou na data de sua publicação, o que ocorrer primeiro, (1) cópia de suas demonstrações financeiras publicadas e completas relativas ao respectivo período encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes; (2) declaração dos administradores da Emissora de que está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão; e (3) relatório consolidado da memória de cálculo compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção dos Índices Financeiros, devidamente auditados por auditores independentes contratados pela Emissora, sob pena de impossibilidade de acompanhamento pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora e/ou aos

seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários;

- b) dentro de 5 (cinco) Dias Úteis, qualquer informação que razoavelmente lhe venha a ser solicitada exclusivamente para o fim de proteção dos interesses dos Debenturistas, permitindo que o Agente Fiduciário (ou o auditor independente contratado pelo Agente Fiduciário às expensas da Emissora), através de seus representantes legalmente constituídos e previamente indicados, tenha acesso aos seus livros e registros contábeis, bem como a qualquer informação relevante para a presente Emissão que lhe venha a ser solicitada;
  - c) informações a respeito de qualquer dos eventos indicados nas Cláusulas 6.1 e 6.2 acima em até 1 (um) Dia Útil contados da data em que a Emissora tomou conhecimento de tais eventos;
  - d) aviso aos Debenturistas, fatos relevantes conforme definidos na Instrução da CVM n.º 358, de 03 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), assim como atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração da Emissora que, de alguma forma, possam influir de modo ponderável o interesse dos Debenturistas, no prazo de 3 (três) Dias Úteis contados da data em que forem (ou devessem ter sido) publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados; e
  - e) cópia do Estatuto Social atualizado, trimestralmente, até o 5º (quinto) dia útil dos meses de dezembro, março, junho e setembro, para fins da cláusula 6.1.1 (iii) acima.
- ii) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras, nos termos exigidos pela legislação em vigor;
- iii) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;



- iv) comunicar em até 2 (dois) Dias Úteis ao Agente Fiduciário, Debenturistas e autoridades cabíveis a ocorrência de quaisquer eventos ou situações que sejam de seu conhecimento e que possam afetar negativamente e de forma relevante sua habilidade de efetuar o pontual cumprimento das obrigações, no todo ou em parte, assumidas perante os titulares de Debêntures;
- v) informar e enviar organograma, todos os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório anual, conforme previsto na Instrução da CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28"), que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, em até 30 (trinta) dias corridos antes do encerramento do prazo previsto para disponibilização do relatório anual. O referido organograma do grupo societário da Emissora deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, o controle comum, as coligadas, e integrante de bloco de controle da Emissora, no encerramento de cada exercício social;
- vi) convocar AGD para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, em até 2 (dois) Dias Úteis nos termos da Cláusula IX desta Escritura de Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- vii) cumprir todas as determinações da CVM, com o envio dos documentos e prestação das informações que lhe forem solicitadas, no prazo determinado pela referida autarquia;
- viii) manter-se existente e não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- ix) manter válidas e regulares, durante todo o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em Circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura de Emissão, no que for aplicável, comprometendo-se a notificar em até 3 (três) Dias Úteis o Agente Fiduciário, por escrito, caso qualquer das declarações aqui previstas e/ou as informações fornecidas pela Emissora tornem-se imprecisas,

inconsistentes, incompletas ou incorretas, em relação à data em que foram prestadas;

x) fazer com que os recursos líquidos obtidos por meio da Oferta Restrita sejam utilizados exclusivamente de acordo com o disposto o item 3.8 acima;

xi) cumprir, em todos os aspectos, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;

xii) notificar em até 2 (dois) Dias Úteis o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora, bem como de qualquer hipótese de vencimento antecipado;

xiii) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures custodiadas na CETIP;

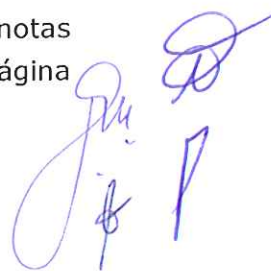
xiv) arcar com todos os custos (a) decorrentes da distribuição das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP; (b) de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura de Emissão, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora; e (c) de contratação do Agente Fiduciário, do Escriturador Mandatário e do Banco Liquidante;

xv) cumprir as obrigações estabelecidas no artigo 17 da Instrução CVM 476, quais sejam:

a) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;

b) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM;

c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página



na rede mundial de computadores, dentro de 03 (três) meses contados do encerramento do exercício social;

- d) manter os documentos mencionados no subitem "c", acima, em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 03 (três) anos;
  - e) observar as disposições da Instrução CVM 358, no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
  - f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo art. 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente ao Coordenador Líder e ao Agente Fiduciário; e
  - g) fornecer as informações solicitadas pela CVM;
- xvi) manter contratados durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário, a CETIP e o Agente Fiduciário;
- xvii) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão;
- xviii) não transferir ou por qualquer forma ceder, ou prometer ceder, a terceiros os direitos e obrigações que respectivamente adquiriu e assumiu na presente Escritura de Emissão, sem a prévia anuência dos Debenturistas reunidos em AGD especialmente convocada para esse fim;
- xix) apresentar todos os documentos e informações exigidos pela CETIP e/ou pela CVM no prazo estabelecido por essas entidades;
- xx) comparecer à AGD, sempre que solicitado pelo Agente Fiduciário;



- xxi) manter as Debêntures registradas para negociação no mercado secundário durante o prazo de vigência das Debêntures, arcando com os custos do referido registro;
- xxii) comunicar imediatamente aos Coordenadores e ao Estruturador qualquer alteração relevante em sua condição financeira, societária e/ou operacional que possa afetar a decisão, por parte dos investidores, de adquirir as Debêntures;
- xxiii) guardar, por 5 (cinco) anos contados da Data de Vencimento, toda a documentação relativa à oferta das Debêntures, bem como disponibilizá-la aos Coordenadores e ao Estruturador em um prazo de até 5 (cinco) dias, após solicitação por escrito, ou no menor prazo possível, conforme exigência legal;
- xxiv) não divulgar informações referentes à Emissora, à Oferta Restrita ou às Debêntures, em desacordo com o disposto na regulamentação aplicável, incluindo, mas não se limitando, ao disposto na Instrução CVM 476 e no artigo 48 da Instrução da CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400");
- xxv) abster-se de negociar valores mobiliários de sua emissão, até o envio da comunicação de encerramento da Oferta Restrita à CVM ("Comunicado de Encerramento"), salvo nas hipóteses previstas no artigo 48 da Instrução CVM 400;
- xxvi) abster-se, até o envio do Comunicado de Encerramento, de (a) revelar informações relativas à Oferta Restrita, exceto o que for necessário à consecução de seus objetivos, advertindo os destinatários sobre o caráter reservado da informação transmitida; e (b) utilizar as informações referentes à Oferta Restrita, exceto para fins estritamente relacionados com a sua preparação;
- xxvii) cumprir todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios e necessárias para execução das

suas atividades, inclusive com o disposto na legislação e regulamentação ambiental, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social, salvo nos casos em que de boa fé, esteja discutindo a aplicabilidade da lei, regra ou regulamento nas esferas administrativa ou judicial; e

xxviii) comunicar em até 1 (um) Dia Útil, contado da data do evento ou situação, ao Agente Fiduciário a ocorrência de quaisquer eventos ou situações que sejam de seu conhecimento e que possam afetar negativamente sua capacidade de efetuar o pontual cumprimento das obrigações, no todo ou em parte, assumidas nos termos desta Escritura de Emissão;

xxix) observará ao disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, bem como adotará quaisquer medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, decorrentes da atividade descrita em seu objeto social, responsabilizando-se, única e exclusivamente, pela destinação dos recursos financeiros obtidos com a Emissão.

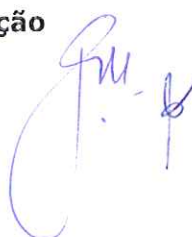
## **CLÁUSULA VIII**

### **AGENTE FIDUCIÁRIO**

#### **8.1 Nomeação**

8.1.1. A Emissora constitui e nomeia Agente Fiduciário da Emissão a Planner Trustee DTVM Ltda., qualificado no preâmbulo desta Escritura de Emissão, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar a comunhão dos Debenturistas.

#### **8.2 Declaração**



8.2.1 O Agente Fiduciário dos Debenturistas, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara, sob as penas da lei:

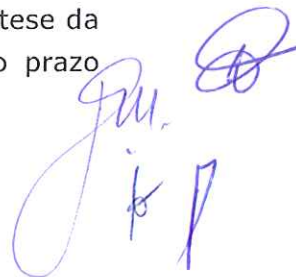
- i) não ter qualquer impedimento legal, nos termos do artigo 66, parágrafos 1º e 3º, da Lei das Sociedades por Ações, e do artigo 10 da Instrução CVM 28, para exercer a função que lhe é conferida;
- ii) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- iii) aceitar integralmente a presente Escritura de Emissão, todas as suas cláusulas e condições;
- iv) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- v) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- vi) estar ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM;
- vii) ser instituição financeira, estando devidamente organizado, constituído e existente de acordo com as leis brasileiras;
- viii) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- ix) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- x) que esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;



- xi) que a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- xii) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão;
- xiii) as Garantias Reais prestadas aos Debenturistas foram constituídas nesta data, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade, nos termos do inciso IX do artigo 12, da Instrução CVM 28, e serão registradas no(s) competente(s) Cartório(s) de Títulos e Documentos e Cartório(s) de Imóveis;
- xiv) que com base no organograma disponibilizado pela Emissora, para os fins do disposto na alínea K, inciso XVII, artigo 12 da Instrução CVM 28, o Agente Fiduciário declara que inexistem outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário; e
- xv) assegura e assegurará, nos termos do parágrafo 1º do artigo 10 da Instrução CVM 28, tratamento equitativo a todos os debenturistas de eventuais emissões de debêntures realizadas pela Emissora, sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora, em que venha a atuar na qualidade de agente fiduciário.

### **8.3 Substituição**

8.3.1 Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia justificada e feita em virtude de disposição de lei ou desta Escritura de Emissão, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, a AGD para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo



acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, observado o prazo de 8 (oito) dias para a primeira convocação e de 5 (cinco) dias para a segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumir o processo de escolha do novo Agente Fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma que a do Agente Fiduciário, observado o disposto no item 8.3.6 abaixo.

8.3.2 Na hipótese de não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

8.3.3 É facultado aos Debenturistas, após o encerramento da distribuição, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em AGD especialmente convocada para esse fim.

8.3.4 A substituição em caráter permanente do Agente Fiduciário (i) fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM 28; e (ii) deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura de Emissão, devendo o mesmo ser arquivado na JUCEMG.

8.3.5 O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções na data da presente Escritura de Emissão ou de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a integral quitação das Debêntures ou até sua efetiva substituição.

8.3.6 Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, o substituto receberá proporcionalmente ao período a ser transcorrido até a integral quitação das Debêntures ou até sua efetiva substituição, a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela AGD.

8.3.7 Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a respeito, baixados por ato(s) da CVM.

#### **8.4 Deveres**

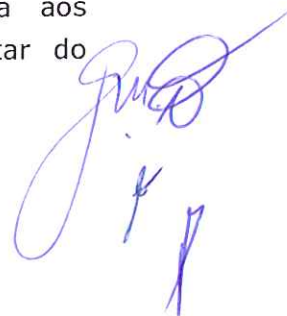
8.4.1 Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- i) responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- ii) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios negócios;
- iii) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- iv) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- v) verificar no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as possíveis omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- vi) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes; neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- vii) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades, de que venha a ter conhecimento, constantes de tais informações;



- viii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- ix) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;
- x) solicitar, quando considerar necessário, de forma justificada, auditoria extraordinária na Emissora;
- xi) convocar, quando necessário, AGD, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa referidos no item 2.1.2, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura de Emissão;
- xii) comparecer às AGDs a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- xiii) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b), da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
  - a) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
  - b) alterações estatutárias ocorridas no período;
  - c) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
  - d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;

- e) resgate e pagamento da Remuneração das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
- f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
- g) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão, inclusive quanto à ocorrência dos eventos previstos nos itens da Cláusula V acima, de acordo com as informações prestadas pela Emissora;
- h) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário; e
- i) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas pela Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário, bem como os seguintes dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), da Instrução CVM 28, indicando:
  - i. denominação da companhia ofertante;
  - ii. valor da emissão;
  - iii. quantidade de debêntures emitidas;
  - iv. espécie;
  - v. prazo de vencimento das debêntures;
  - vi. tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; e
  - vii. eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período.
- xiv) disponibilizar o relatório de que trata a alínea (xiii) acima aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do



encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:

- a) na sede da Emissora;
  - b) no seu escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;
  - c) na CVM;
  - d) na sede dos Coordenadores;
  - e) na CETIP.
- xv) enviar a última versão do relatório a que se refere a alínea (xiii) acima tempestivamente à Emissora, de modo que esta disponibilize-o à CVM na mesma data. O Agente Fiduciário deverá comunicar a Emissora a data em que disponibilizará o relatório e deverá encaminhar o documento à Emissora até a referida data em horário comercial;
- xvi) publicar, nos órgãos da imprensa referidos no item 2.1.2, às expensas da Emissora, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório a que se refere a alínea (xiii) acima se encontra à sua disposição nos locais indicados na alínea (xiv) acima;
- xvii) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Banco Liquidante, ao Escriturador Mandatário e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora e os Debenturistas mediante subscrição e integralização das Debêntures expressamente autorizam, desde já, o Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
- xviii) coordenar o Resgate Antecipado de acordo com o previsto nesta Escritura de Emissão;
- xix) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;





- xx) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de até 10 (dez) Dias Úteis da data em que o Agente Fiduciário tomou conhecimento de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de qualquer das obrigações assumidas na presente Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos, sendo que a notificação discriminará as providências judiciais e/ou extrajudiciais que o Agente Fiduciário tenha tomado para acautelar e proteger os interesses da comunhão de Debenturistas. Comunicação de igual teor deve ser enviada (a) à CVM; e (b) à CETIP;
- xxi) acompanhar a ocorrência dos eventos previstos na Cláusula VI acima e informar imediatamente os Debenturistas da ocorrência de qualquer dos referidos eventos não sanados no prazo previsto; e
- xxii) disponibilizar o cálculo do Valor Unitário das Debêntures a ser realizado pela Emissora aos Debenturistas e aos participantes do mercado, por meio de sua central de atendimento e/ou de seu *website*.

## **8.5 Atribuições Específicas**

8.5.1 O Agente Fiduciário utilizará quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a Emissora, para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos desta Escritura de Emissão:


- i) declarar, observadas as condições da presente Escritura de Emissão, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- ii) executar as Garantias Reais, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, dos Debenturistas;
- iii) requerer a falência da Emissora;

- iv) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- v) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial ou liquidação extrajudicial da Emissora.

8.5.2 Observado o disposto na Cláusula VI (e seus itens) acima, o Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (i) a (iii) do item 8.5.1 acima, se, convocada a AGD, esta ratificar a decisão do Agente Fiduciário, por deliberação da unanimidade das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação, quando tal hipótese disser respeito ao disposto na alínea (iv) do item 8.5.1 acima.

8.5.3 O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28 e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

8.5.4 Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

  
42



8.5.5 Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral.

## **8.6 Remuneração do Agente Fiduciário**

8.6.1 Será devida ao Agente Fiduciário ou à instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, a seguinte remuneração: parcelas anuais de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), sendo o primeiro pagamento devido no 5º (quinto) Dia Útil após data de assinatura desta Escritura de Emissão e as seguintes no mesmo Dia Útil do ano subsequente.

8.6.2 As parcelas citadas nos itens supra serão reajustadas anualmente pela variação acumulada do IGP-M, ou na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro rata die*, se necessário.

8.6.3 A remuneração será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora, e não incluem o pagamento de honorários de terceiros especialistas, tais como auditores independentes, advogados, consultores financeiros, entre outros.

8.6.4 No caso de inadimplemento das obrigações pecuniárias ou não pecuniárias da Emissão ou de reestruturação das condições da Emissão após a subscrição e integralização dos títulos ou da participação em reuniões ou conferências telefônicas, bem como atendimento às solicitações extraordinárias será devido ao Agente Fiduciário, adicionalmente, o valor de R\$250,00 (duzentos e cinquenta reais) por hora-homem de trabalho dedicado à (i) execução das garantias; (ii) comparecimento em reuniões com a Emissora e/ou Debenturistas; e (iii) implementação das consequentes decisões tomadas em tais eventos. O



valor será pago no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis após a comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de relatório de horas à Emissora. Entende-se por reestruturação das condições da Emissão os eventos relacionados à alteração (i) das garantias; (ii) do prazo de pagamento; e (iii) das condições relacionadas à cláusula de vencimento antecipado. Os eventos relacionados à amortização e resgate antecipado das Debêntures não são considerados como reestruturação das condições da Emissão.

8.6.5. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

8.6.6 As parcelas citadas nos itens acima serão acrescidas dos seguintes impostos: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o IR (Imposto de Renda), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

## **8.7 Despesas**

8.7.1 A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, sendo que todas as despesas acima de R\$ 1.000,00 (um mil reais) deverão ser previamente comprovadas e autorizadas pela Emissora, sempre que possível, exceto em caso de decretação de vencimento antecipado, seja ele pecuniário ou não pecuniário, em que o Agente Fiduciário não precisará obter a autorização prévia da Emissora.

8.7.2 O ressarcimento a que se refere esta Cláusula será efetuado em 5 (cinco) Dias Úteis, após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora, acompanhada dos comprovantes de pagamento.

8.7.3 Todas as despesas decorrentes de procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas, sempre que possível, e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos debenturistas correspondem, entre outros, a depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. Os honorários de sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportados pelos Debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência.

8.7.4 A remuneração do Agente Fiduciário não inclui despesas consideradas necessárias ao exercício da função de agente fiduciário, durante a implantação e vigência do serviço, as quais serão cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas acompanhadas dos respectivos comprovantes, emitidas diretamente em nome da Emissora ou mediante reembolso, após, sempre que possível, prévia aprovação, quais sejam: publicações em geral; notificações, extração de certidões, despesas com *conference calls*, contatos telefônicos, viagens, alimentação e estadias, despesas com especialistas, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal aos Debenturistas.

## **CLÁUSULA IX**

### **ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS**

#### **9.1 Convocação**

9.1.1 À AGD aplicar-se-á o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações.

9.1.2 A AGD pode ser convocada (i) pelo Agente Fiduciário, (ii) pela Emissora, (iii) pelos Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou (iv) pela CVM.



9.1.3 A convocação da AGD se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes no jornal de grande circulação utilizado pela Emissora para a divulgação de seus atos, conforme previsto no item 2.1.2 desta Escritura de Emissão, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.

9.1.4 As AGDs deverão ser realizadas em prazo mínimo de 8 (oito) dias, contados da data da primeira publicação da convocação. A AGD em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 5 (cinco) dias após a data marcada para a instalação da AGD em primeira convocação.

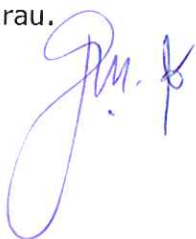
9.1.4.1 Será considerada regular a AGD a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação, independentemente de avisos e/ou publicações.

9.1.5. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à AGD ou do voto proferido na respectiva AGD.

## 9.2. **Quorum de Instalação**

9.2.1 A AGD se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem 80% (oitenta por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação e em segunda convocação, com qualquer quorum.

9.2.2. Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos quoruns de instalação e/ou deliberação da AGD previstos nesta Escritura de Emissão, consideram-se "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas controladas ou coligadas (diretas ou indiretas), controladoras (ou grupo de controle), sociedades sob controle comum, ou administradores (conselheiros ou diretores) da Emissora, incluindo, mas não se limitando a, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas, até segundo grau.





### **9.3 Mesa Diretora**

9.3.1 A presidência da AGD caberá ao Debenturista eleito pelos Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.

### **9.4. Quorum de Deliberação**

9.4.1 Nas deliberações da AGD, a cada Debênture caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto na Cláusula 9.4.2 abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em AGD dependerão de aprovação de Debenturistas representando (i) para a primeira convocação, no mínimo 80% (oitenta por cento) das Debêntures em Circulação, e (ii) para a segunda convocação, no mínimo 80% (oitenta por cento) dos presentes.

9.4.2. Não estão incluídos no quorum a que se refere a Cláusula 9.4.1 acima: (i) os quoruns expressamente previstos em outras cláusulas desta Escritura de Emissão, caso aplicável; e (ii) qualquer alteração (a) na Remuneração, inclusive no que dispõe a Cláusula 4.6.2.5 acima; (b) em quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura de Emissão; (c) nos eventos previstos na Cláusula VI acima, inclusive no caso de renúncia ou perdão temporário; (d) nas regras relacionadas ao Resgate Antecipado, previsto na Cláusula V acima; (e) na Data de Vencimento; e/ou (f) na espécie das Debêntures; em qualquer destas hipóteses, será necessária a aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

9.4.3. As alterações dos quoruns estabelecidos nesta Escritura de Emissão e/ou das disposições estabelecidas nesta Cláusula 9.4 deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da AGD ou em qualquer outra subsequente, por Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

9.4.4. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas AGDs, a não ser quando ela seja solicitada pelo Agente Fiduciário nos termos desta Escritura de Emissão, hipótese em que será obrigatória.

9.4.5. O Agente Fiduciário deverá comparecer às AGDs para prestar aos titulares de Debêntures as informações que lhe forem solicitadas.

## **CLÁUSULA X**

### **DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA**

10.1 A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura de Emissão, que:

- i) é sociedade por ações devidamente constituída com existência válida e em situação regular segundo as leis do Brasil, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
- ii) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura de Emissão, as Garantias Reais e a cumprir todas as obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- iii) os representantes legais da Emissora que assinam esta Escritura de Emissão têm plenos poderes estatutários para representar a Emissora na assunção das obrigações dispostas nesta Escritura de Emissão, estando os respectivos mandatos em pleno vigor e efeito;
- iv) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;
- v) a celebração dos documentos da Oferta Restrita, inclusive desta Escritura de Emissão, bem como o cumprimento das obrigações previstas nela, não infringiu qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual seja parte, nem acarretou em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos, ou (b) criação de quaisquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- vi) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão

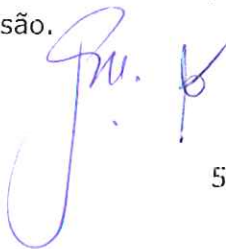
regulatório, adicional aos já concedidos (incluindo a aprovação da AGE), é exigido para o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto a inscrição da Escritura de Emissão na JUCEMG, o registro das Garantias Reais nos Cartórios e o registro das Debêntures na CETIP;

- vii) as obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão constituem obrigações legalmente válidas e vinculantes da Emissora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil;
- viii) tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais, societárias e regulatórias) exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais relevantes para o exercício de suas atividades, estando todas elas plenamente válidas e em vigor;
- ix) cumpre leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
- x) cumpre o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, decorrentes da atividade descrita em seu objeto social;
- xi) manterá em vigor toda a estrutura de contratos e demais acordos existentes necessários para assegurar a Emissora à manutenção das suas condições atuais de operação e funcionamento;
- xii) os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário são corretos e estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre a Emissora, tendo sido disponibilizadas, informações



sobre as transações relevantes da Emissora, bem como sobre os direitos e obrigações materialmente relevantes delas decorrentes;

- xiii) não há qualquer ação judicial, processo administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental, que possa vir a afetar a capacidade da Emissora de cumprir com suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão;
- xiv) as demonstrações financeiras da Emissora apresentam de maneira adequada a situação financeira da Emissora nas aludidas datas e os resultados operacionais da Emissora referentes aos períodos encerrados em tais datas, e desde a data das demonstrações financeiras mais recentes, não houve nenhuma alteração que impacte de forma negativa na situação financeira e nos resultados operacionais em questão, não houve qualquer operação material relevante envolvendo a Emissora fora do curso normal de seus negócios, que seja relevante para a Emissora, não houve qualquer aumento substancial do endividamento da Emissora;
- xv) não omitiu nem omitirá nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial adversa da sua situação econômico-financeira, bem como jurídica sua em prejuízo dos Debenturistas;
- xvi) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções em relação a esta Escritura de Emissão e não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis;
- xvii) está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura de Emissão; e
- xviii) não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções previstas nesta Escritura de Emissão.



- 10.2 A Emissora se compromete a notificar em até 3 (três) Dias Úteis os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações prestadas na presente Escritura de Emissão tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.

## **CLÁUSULA XI DISPOSIÇÕES GERAIS**

### **11.1 Comunicações**

11.1.1 As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

- i) para a Emissora:

**SIPCAM UPL BRASIL S.A.**

Rua Igarapava, nº 599  
Distrito Industrial III, CEP 38044-755  
Uberaba/MG.  
At.: Sr. Adilson da Cruz  
Tel.: (34) 3319-5591  
Fax: (34) 3319-5570  
E-mail: [acruz@sipcam-upl.com.br](mailto:acruz@sipcam-upl.com.br)

- ii) para o Agente Fiduciário:

**PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA**

Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, 10º andar  
At.: Sra. Viviane Rodrigues  
Tel: (11) 2172-2628  
Fax: (11) 3078-7264  
E-mail: [vrodriques@planner.com.br](mailto:vrodriques@planner.com.br); [fiduciario@planner.com.br](mailto:fiduciario@planner.com.br);  
[tlima@planner.com.br](mailto:tlima@planner.com.br)

- iii) para o Banco Liquidante:



**ITAÚ UNIBANCO S.A.**

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100 - Torre Olavo Setúbal

São Paulo/SP

At.: Luiz Petito

Telefone: (11) 2797-4441

Correio eletrônico: [luiz.petito@itau-unibanco.com.br](mailto:luiz.petito@itau-unibanco.com.br)

iv) para o Escriturador Mandatário:

**ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 10º andar

São Paulo/SP

At.: Luiz Petito

Telefone: (11) 2797-4441

Correio Eletrônico: [luiz.petito@itau-unibanco.com.br](mailto:luiz.petito@itau-unibanco.com.br)

v) para a CETIP:

**CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS**

Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar

CEP 01452- 002

São Paulo/SP

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Tel: (11) 3111-1596

Fax: (11) 3111-1564

E-mail: [valores.mobiliarios@cetip.com.br](mailto:valores.mobiliarios@cetip.com.br)

11.1.2 As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios, nos endereços acima. As comunicações feitas por correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os originais dos documentos enviados por correio eletrônico deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem.

**11.2 Renúncia**





11.2.1 Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão, desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba a quaisquer das Partes em razão de qualquer inadimplemento da outra Parte prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

### **11.3 Despesas**

11.3.1 A Emissora arcará com todos os custos relativos à Emissão e à distribuição, incluindo sem limitação, despesas com a contratação de Agente Fiduciário, assessor legal, Banco Liquidante e Escriturador Mandatário e registros de documentos, que sejam expressamente aprovados pela Emissora.

### **11.4 Título Executivo Extrajudicial e Execução Específica**

11.4.1 Esta Escritura de Emissão e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, reconhecendo as partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 461, 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão.

### **11.5 Disposições Gerais**

11.5.1 Esta Escritura de Emissão é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus sucessores a qualquer título.

11.5.2 A invalidação ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura de Emissão não afetará as demais, que permanecerão sempre válidas e eficazes até o cumprimento, pelas partes, de todas as suas

obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidação ou nulidade de qualquer cláusula desta Escritura de Emissão, as partes desde já se comprometem a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura de Emissão, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.

11.5.3 Este Contrato será regido e interpretado de acordo com as leis do Brasil.

11.5.4. O inadimplemento de qualquer obrigação da Emissora decorrente das Debêntures enseja para os Debenturistas a faculdade de promover a imediata execução do título e das garantias constituídas ou vinculadas ao título, bem como outras que porventura gerem direitos sobre ela, a fim de se ressarcir de seu crédito, podendo os Debenturistas, nos termos do artigo 368 do Código Civil, também compensar quaisquer eventuais créditos que o mesmo tenha e/ou venha a ter em face da Emissora com quaisquer créditos que a Emissora tenha ou venha a ter de quaisquer espécies junto aos Debenturistas.

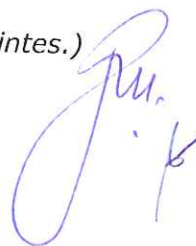
## **11.6 Foro**

11.6.1 Fica eleito o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou possa vir a ser.

Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 3 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, 11 de setembro de 2013.

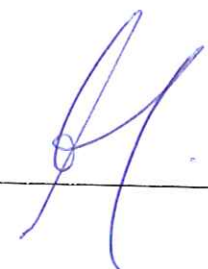
*(As assinaturas seguem nas páginas seguintes.)*



PÁGINA 1/3 DE ASSINATURAS DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA SIPCAM UPL BRASIL S.A.

SIPCAM UPL BRASIL S.A.


  
Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_  
**Luiz J. Traldi**  
Diretor Superintendente

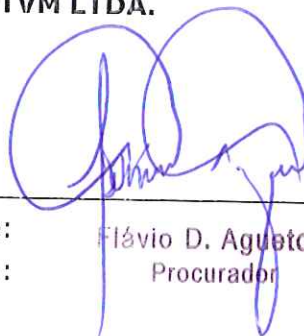
  
Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_



PÁGINA 2/3 DE ASSINATURAS DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA SIPCAM UPL BRASIL S.A.

PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.

  
Nome: Viviane Rodrigues  
Cargo: Diretora

  
Nome: Flávio D. Aguiar  
Cargo: Procurador

PÁGINA 3/3 DE ASSINATURAS DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA SIPCAM UPL BRASIL S.A.

TESTEMUNHAS

Estevam Berali  
Nome: Estevam Berali  
RG: 44.071.566-0  
CPF: 370.995.918-78

Silvia Nunes Borges  
Nome: Silvia Nunes Borges  
RG: 6.980.118 SS P/mg  
CPF: 624.137.671-34



